



CIARI – Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais

www.ciari.org

Ligações Perigosas

Jorge Tavares da Silva

jts.ave@iol.pt

Coordenador do Observatório de Comércio e Relações Internacionais do ISCIA – Instituto Superior de Ciências de Informação e Administração, em Aveiro. Membro Fundador do Observatório da China

O renascimento económico da República Popular da China (RPC), notado sobretudo a partir da década de noventa do século passado, continua a revelar resultados que pasmam pela singularidade. Segundo o Departamento Nacional das Estatísticas daquele país, em 2005 a economia cresceu 9,9%, atirando o Império do Meio para a quarta posição do ranking mundial. A balança comercial atingiu um máximo histórico com um excedente de 82,9 mil milhões de dólares; as exportações aumentaram mais 28,4% (762 mil milhões) e as importações mais 17,6% (660,1 mil milhões de dólares). Se a China conseguir manter este ritmo de crescimento não espantará que em pouco mais de dez anos consiga tornar-se a primeira potência económica do mundo.

Todavia, à medida que a economia prospera surgem novos tipos de preocupações para as autoridades de Pequim. Uma das maiores dores de cabeça reside na incerteza de conseguir responder às necessidades energéticas vindouras. Sabe-se que em 2030, ao ritmo do crescimento actual, o país estará a consumir o mesmo que o Japão e os Estados Unidos em conjunto dos dias de hoje. Neste caso, sabemos que não haverá reservas de petróleo no mundo

suficientes para alimentar a procura interna, o que significará a castração do crescimento económico. Actualmente a China já é o segundo maior importador de petróleo do mundo, consumindo cerca de cinco milhões de barris por dia, quando no início da década de 1990 era um exportador líquido desta matéria-prima.

A sede de energia obrigou Pequim, nos últimos anos, a uma procura desenfreada de recursos em todos azimutes, por vezes em coordenadas *non gratas* pela comunidade internacional. Um desses países é o Irão, um dos "postos avançados da tirania", como lhe apodou Condolezza Rice, que promete trazer grandes dissabores para os interesses económicos chineses. O Irão é o segundo maior fornecedor de petróleo da OPEP e beneficia de uma localização privilegiada junto ao Mar Cáspio e ao Golfo Pérsico. Das importações de petróleo da China, 13,6% vêm daquele país, para além do crescente abastecimento de gás natural. A estratégia de investimento do Império do Meio para o Irão passa pela construção de gasodutos e oleodutos, refinarias, e unidades petroquímicas, e suplanta o domínio energético, alargando os interesses à indústria naval, construção de aeroportos, minas, barragens e fábricas de aço. Neste momento há mais de 100 empresas chinesas envolvidas em negócios no Irão. O comércio bilateral em 2005 atingiu o valor de 7,5 mil milhões de dólares, o que representa um novo recorde nas trocas entre os dois países.

A recente tomada de decisão do presidente iraniano Mahmud Ahmadinejad em suspender a colaboração com a Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) e de retomar o programa de enriquecimento de urânio, pode afectar os negócios entre a China e o Irão, e despoletar uma encruzilhada diplomática com contornos difíceis de balizar. Já em Agosto de 2002, o Conselho Nacional da Resistência iraniana tinha alertado, entre outras denúncias, para a existência de uma central de enriquecimento de Urânio em Natanz, que Teerão contornou ao afirmar que se tratavam apenas de investimentos civis, portanto não violadores do Tratado de Não Proliferação (TNP). Sabe-se, no entanto, que têm sido estabelecidos contactos estreitos com o criador da bomba atómica paquistanesa, Abdul Khan. A provocação de Ahmadinejad deixou em sobressalto a comunidade internacional e não faltaram as promessas de sanções políticas e económicas. Na

verdade, há muito que Washington sanciona o Irão com o denominado *Iran-Lybia Sanctions Act (ILSA)*, cuja lei foi aprovada em 1996 pelo Congresso. A China ignorou esta medida e aproveitou o espaço concedido em prol das suas necessidades energéticas. Só o investimento em Yad Avaran suplanta em muitos milhares de contos o máximo permitido pelas sanções da ILSA.

Nos últimos anos, sob a governação moderada de Khatami, a pressão sobre Teerão tendeu a apaziguar-se. Os norte-americanos, juntamente com a União Europeia preferiram seguir um plano de incentivos económicos para aquele país como compensação pelo abandono das políticas de energia nuclear para fins militares. Colaborante, a Rússia chegou a oferecer o seu território para o enriquecimento de urânio para fins civis. Este cenário, todavia, seria alterado com a chegada ao poder de Ahmadinejad, em Junho de 2005, e com conseqüente endurecimento retórico, em redor dos princípios revolucionários da teocracia islâmica, herdados do legado de Khomeini, e a aversão ao Estado de Israel. A presença dos Estados Unidos no Iraque e a crescente subida dos preços do petróleo nos mercados internacionais parecem justificar o momento de implosão iraniana, que alguns analistas referem que se quer afirmar como um líder do mundo islâmico. Os iranianos parecem mais interessados em cooperar e integrar o *Shanghai Cooperation Organization (SCO)* e aprofundar relações na vizinhança e evitar os tentáculos hegemónicos do grande Satã americano.

A presente crise pode até ser entendida, segundo alguns analistas, como um pretexto iraniano para o redireccionamento das exportações de energia, ou seja, um motivo para impor um embargo ao Ocidente e vender o petróleo à sedenta República Popular da China. A ser verdade, torna as jogadas geopolíticas iranianas de grande risco, mas implicam outro tipo de raciocínio. Ainda que a diplomacia chinesa defenda o conceito de uma China com “desenvolvimento pacífico” (*heping fazhan*), nascido na quarta geração de líderes chineses, as ligações económicas chinesas podem perigar a paz internacional. Se muitas vezes as motivações económicas têm conseguido dirimir conflitos, outras tantas têm estado na origem de grandes contendidas internacionais.

Em boa verdade, a comunidade internacional não dedicou a devida atenção a este país quando os ventos que sopravam eram mais favoráveis. Em vez disso,

enquanto admoestava esta república islâmica, tolerou, à margem do TNP que países como Israel, a Índia e o Paquistão se tornassem potências nucleares. Também a actual cooperação em matéria de energia nuclear entre os Estados Unidos e a Índia, um dos países não signatários do TNP, é ofensiva para todos os países que assinaram o mesmo Tratado. Como podemos construir um futuro melhor se a governação mundial é feita por pesos e medidas distintos. Fala-se que os norte-americanos já preparam uma intervenção militar cirúrgica para anular as pretensões nucleares de Teerão. Mas estará o Irão a enriquecer urânio, ou é mais uma das suspeitas infundadas do tipo das que foram usadas no Iraque? A diplomacia internacional deve funcionar segundo princípios racionais e objectivos e não por impulsos casuais, subjectivos e parciais que degeneram num mundo cada vez mais desigual.

Por outro lado, é preciso perceber que as sanções económicas e políticas, sem falar numa hipotética intervenção militar, despoletará uma redução brutal nas exportações de petróleo do segundo maior produtor da OPEP. Esta será a primeira grande consequência do endurecimento de posições. Mas há um ponto nevrálgico em toda esta situação que o mundo ocidental, e os paladinos da *Pax Americana*, não podem deixar esquecer, a posição da República Popular da China. Caso a comunidade internacional avance, sobretudo os norte-americanos, estarão em jogo muitos milhões de contos chineses investidos naquele país. O assento da China no Conselho de Segurança vale um veto às pretensões americanas de impor a força para a resolução desta questão. Portanto, os americanos terão primeiro que encontrar soluções económicas para os interesses do Império do Meio. Os últimos sintomas apontam para que a China tolere o endurecimento de posições contra o Irão. Significa isto que a China prescindir do forte investimento que realizou no Irão? Não! A China não permitiria uma ameaça aos seus interesses económicos, ainda que também não queira melindrar os negócios com o Ocidente. Significa que a posição chinesa pode estar a ser “negociada” pela diplomacia americana em troca de favores, sobretudo energéticos, noutra coordenada geográfica, nomeadamente na Arábia Saudita. Uma coisa é certa, o redireccionamento dos interesses chineses do Irão para, por exemplo a Arábia Saudita, terá um preço muito elevado a pagar pelos

americanos, embora possam ficar a ganhar sob o ponto de vista geoestratégico, dadas as boas relações com o reinado de Abdullah bin Abdul Aziz al Saud. A ser verdade, a questão é saber até quando esta nova coordenada geográfica se vai manter sem se tornar também ela um “posto avançado da tirania” e obrigar a um novo amanhecer nas mesas da diplomacia internacional.